



2856 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)  
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA  
Camila Caroline de Lima Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
Paóla Fortunato Cardoso - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

## RESUMO

Esse texto tem como objetivo discutir na esfera educacional, a influência e o papel da Igreja Católica, considerando os artifícios por ela idealizados na tentativa de reduzir a perda de seu espaço nas escolas públicas brasileira na Era Vargas. Contra as ideologias católicas surgem os renovadores, defensores de uma escola laica, obrigatória e gratuita. A Igreja ancorada na ideologia da moral e dos bons costumes, trará de discursar em favor da família, argumentando que somente a mesma poderia tomar decisões no que diz respeito a educação dos filhos das famílias católicas. Nosso propósito no presente artigo é apresentar do mesmo modo a relevância que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dispõem sobre o direito à universalização da Educação de qualidade e os debates ocorridos entre Igreja e Estado nesse período. A dedicação pelo estudo sobre a questão se dá pela magnitude que esse documento traz ao legado educacional. A influência da Igreja Católica foi muito maior nas Constituições de 1934, 1937 e 1946, porém passa a perder força no início da década de 1960. Os resultados nos revelam que muitas das questões destacadas no Manifesto sofreram forte influência dos políticos e dos intelectuais católicos da época.

Palavras-chave: Igreja Católica. Manifesto de 1932. Era Vargas.

## A INFLUÊNCIA DA IGREJA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

### RESUMO

Esse texto tem como objetivo discutir na esfera educacional, a influência e o papel da Igreja Católica, considerando os artifícios por ela idealizados na tentativa de reduzir a perda de seu espaço nas escolas públicas brasileira na Era Vargas. Contra as ideologias católicas surgem os renovadores, defensores de uma escola laica, obrigatória e gratuita. A Igreja ancorada na ideologia da moral e dos bons costumes, trará de discursar em favor da família, argumentando que somente a mesma poderia tomar decisões no que diz respeito a educação dos filhos das famílias católicas. Nosso propósito no presente artigo é apresentar do mesmo modo a relevância que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dispõem sobre o direito à universalização da Educação de qualidade e os debates ocorridos entre Igreja e Estado nesse período. A dedicação pelo estudo sobre a questão se dá pela magnitude que esse documento traz ao legado educacional. A influência da Igreja Católica foi muito maior nas Constituições de 1934, 1937 e 1946, porém passa a perder força no início da década de 1960. Os resultados nos revelam que muitas das questões destacadas no Manifesto sofreram forte influência dos políticos e dos intelectuais católicos da época.

Palavras-chave: Igreja Católica. Manifesto de 1932. Era Vargas.

### INTRODUÇÃO

O comportamento exercido pela Igreja Católica na área educacional merece nossa atenção como pesquisadores educacionais. A relevância pelo tema deve-se, sobretudo, ao posicionamento eclesial que abrangeu diversos momentos na sociedade do Brasil. As divergências entre Estado e Igreja passaram a efetivar-se na Constituição republicana de 1891, e a contar daí a perda dos privilégios por parte desta última. A remoção do ensino religioso do currículo das escolas públicas brasileira são alguns dos privilégios que a Igreja perde e esse é o objeto de estudo do nosso presente trabalho. Nesse contexto, destacamos as discussões sobre o Manifesto dos Pioneiros, publicado em 1932 e analisaremos no período do governo provisório de Getúlio Vargas até a década de 1946 os debates realizados em defesa da universalização da escola pública no Brasil. Para os Pioneiros do Manifesto, nada era mais importante do que resolver a situação da educação pública no Brasil, o que para muitos era o problema nacional. A evolução econômica e social do país estava condicionada a uma falta de "cultura própria". No decorrer do governo de Getúlio Vargas, Igreja Católica e Estado buscaram caminhar lado a lado na tentativa de uma união política. A Igreja oferecia apoio ao Estado muitas vezes requerendo dos seus fiéis em apoio ao presidente do país. Já Vargas, apresentava fortes indicativos que pretendia desligar-se da Igreja. E foi nesse período que a Igreja Católica teve uma maior assiduidade na política do Brasil.

Os estudos que encontramos sobre o tema, mostram a demasiada militância política dos representantes católicos, em especial, o Cardeal do Rio de Janeiro, Dom Leme. Para isso precisamos entender os conflitos e as adversidades que foram provocadas pela busca da modernidade educacional do país.

Dentre as fortes reivindicações proposta ao governo de Vargas, a Igreja não abria mão do ensino religioso obrigatório nas escolas públicas. Compreendia que ampliando seu espaço nas entidades poderia se aproximar mais ainda da população e dessa forma ficaria mais fácil catequizar o povo, ou seja, manter seu poderio a todas as classes.

Na Era Vargas a atuação da Igreja sobre o sistema educacional, influenciou toda a área da educação, as famílias e as discussões sobre as reformas do ensino secundário e do ensino superior, tanto público quanto privado.

Neste artigo, discutiremos as intervenções que a Igreja Católica fez na educação brasileira no governo de Vargas, incluindo os debates para a construção do Manifesto dos Pioneiros e a tentativa de separação do Estado da Igreja. A relevância pelo tema se dá, principalmente, pelo posicionamento que a autoridade eclesial abrangeu no País naquele período. A remoção do ensino religioso do currículo das escolas ocasionou numa perda importante de espaço para a Igreja no que se refere a educação, o que faria com que a Igreja também perdesse seu poderio com as

classes mais populares.

O Manifesto dos Pioneiros, foi lançado em 1932, porém faremos um breve histórico sobre o papel da Igreja Católica antes da sua publicação, buscaremos compreender como era a conjuntura social e histórica da educação antes a Era Vargas. Para tal, é necessário entender a importância que o Manifesto teve e tem, em razão de simbolizar a revolução educacional brasileira. Os pioneiros assumiram através deste documento - que revela os conflitos de ideais dos intelectuais liberais e católicos - a tarefa de guiar o país para a modernidade.

### **Um breve histórico do Manifesto dos Pioneiros e a atuação da Igreja antes e pós Manifesto.**

Na perspectiva de entendermos o cenário educacional dos anos de 1930 a 1945, época em que houve as discussões sobre o Manifesto dos Pioneiros, procuramos através desse artigo fazer um breve histórico sobre o quadro educacional antes da publicação do Manifesto expondo a influência que a Igreja Católica tinha sobre a educação brasileira.

No momento em que se aborda o quadro educacional de uma estipulada data, é necessário antes compreendermos a conjuntura social e histórica da educação. Para isso, buscamos entender o Manifesto como um documento que simboliza os conflitos de ideais, pois este documento nasceu com o intuito isolado de alguns intelectuais, entretanto alusivo com os movimentos mundiais para globalização da educação pública e com o objetivo de propiciar o desenvolvimento da economia, como afirma Xavier (2002):

A reconstrução do contexto histórico no qual situa-se o Manifesto permite-nos qualificá-lo, também como uma arma de combate, uma estratégia política por meio da qual se buscou reafirmar a identidade do grupo que o assinava, fundamentando-a em torno dos atributos relacionados à competência técnica, e ao sentido de missão (XAVIER, 2002, p. 4).

A economia brasileira estava evidente com a atuação social da burguesia. A progressiva urbanização, o fim do sistema escravista e a chegada de imigrantes no país, colaboraram para dissipar o liberalismo na política e na economia do país.

Das reivindicações mais solicitadas pela Igreja ao presidente Getúlio Vargas, a mais destacada era sobre o que diz respeito à implantação do ensino religioso católico nas escolas públicas. O catolicismo, nesse período, era a religião da maioria da população brasileira e mirava na responsabilidade de comandar e orientar os cidadãos nos princípios éticos defendidos pela Igreja. Dessa forma, passou a cobra de Vargas um posicionamento sobre a continuidade do seu poder a julgar por tê-lo ajudado a chegar no governo.

A chegada de Getúlio Vargas no governo provisório em 1930, ocasionou junto com sua ascensão algumas reformas que conduziram a modernização social. Dentre esses aspectos a Semana da Arte Moderna de 1922 foi muito influente na Revolução de 30, pois teve como finalidade regeneração da arte e a exteriorização da realidade brasileira.

Dentre as discussões em que antecedem o Manifesto, destacamos o início com Sampaio Dória em 1920, em São Paulo, com o que chamada de Reforma Regional de Ensino, após assumir a Diretoria de Instrução Pública e reconhecer a grave situação em que se encontrava o ensino primário.

Em 1922, Lourenço Filho, assume o cargo de Diretor da Instrução Pública no Ceará e a reforma que realizou na educação do estado teve forte influência em outras regiões no país.

Um dos grandes contribuintes da educação brasileira nesse período foi Anísio Teixeira e também conhecido como um dos pioneiros do Manifesto de 1932. Realizou, na Bahia, a reforma da instrução pública e trouxe as ideologias do educador John Dewey, para contribuir com o movimento da Escola Nova, que futuramente iria influenciar na concepção da educação brasileira.

Ademais, as contribuições de Anísio Teixeira, não se resumem apenas na Bahia. Em 1931 assumiu a Direção Geral da Instrução Pública do Distrito Federal e mais tarde, o cargo de Secretário da Educação e Cultura, no qual efetuou transformações na educação primária até o ensino superior.

Outro sujeito que influenciou na educação foi Fernando de Azevedo, redator e pioneiro do Manifesto. Nos anos de 1926 até 1930, desempenhou os cargos de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal e de São Paulo, célebre contribuinte para as mudanças nos anos 30.

Nessas circunstâncias surge então, em 1924 a Associação Brasileira de Educação – ABE, no Rio de Janeiro. Sem fins lucrativos, a associação ergue-se após os debates sobre o propósito de avaliar as adversidades da educação da época. Manifesta-se após a criação da ABE, os debates em diversos estados com a finalidade de elaborar o Manifesto dos Pioneiros.

Em novembro de 1930, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e da Saúde Pública – MES, através do Decreto nº 19.402. Francisco Campos é nomeado como ministro e tem como objetivo estruturar o ensino secundário e as universidades do país. Os decretos promulgados pelo ministro ficaram conhecidos como “Reforma de Francisco Campos”, como explica Moraes (1992):

[...] a criação do MES significou o início de um processo no qual o Estado definiu sua competência no campo específico da educação, colocando sob seu poder um indispensável meio de controle e persuasão. Significou também o ponto de partida de um intenso movimento de construção, no Executivo Federal – até 1945- de um aparelho nacional de ensino, com códigos e leis elaborados tendo em vista estabelecer diretrizes, normas de funcionamento e formas de organização para os diversos ramos e níveis da educação no país (MORAES, 1992, p. 291).

Dessa forma, muitas discussões foram surgindo ao longo desses anos e com isso os pioneiros passam a reivindicar uma escola diferente, ou seja, única, laica e gratuita, fundamentado em um ensino igual para todos. Além de expor a necessidade de uma formação consolidada para os professores. O Manifesto, documento de caráter político, exteriorizava a importância de uma reestruturação na educação brasileira e foi assinado por mais de vinte intelectuais da época. Vejamos o que Xavier (2002) nos revela sobre o documento:

[...] O Manifesto era apresentado, então, como uma bandeira revolucionária a ser empunhada por um grupo que, segundo seu redator, constituía o único grupo capaz de coordenar as forças históricas e sociais do povo, seja pelos esforços já realizados, seja pela consciência de sua missão social (XAVIER, 2002, p. 9).

Consequentemente, essas discussões geraram disputas internas, o que mostra um debate pessoal entre os pioneiros e também desacordos entre a Igreja Católica e o Estado. Os reformadores sustentavam a ideia de uma escola laica e isso inquietava o domínio da Igreja Católica e a sua correlação com as aplicabilidades na sociedade, até mesmo na educação. Xavier (2002) confirma isso no trecho a seguir:

A disputa envolveu a luta por posições no aparelho de Estado, pelo controle da educação escolar e por posições na memória e no imaginário coletivo. Desenrolava-se uma luta renhida para ampliar e consolidar as conquistas de cada grupo, seja no âmbito das realizações práticas, como as reformas coordenadas por Fernando de Azevedo e em seguida por Anísio Teixeira no Distrito Federal, seja no âmbito da construção de uma comunidade de ideias, no intuito de obter o apoio e a legitimidade indispensáveis ao coroamento de seus esforços e à realização de seus objetivos (XAVIER, 2002, p. 9).

As modificações no sistema educacional brasileiro realizadas após a publicação do Manifesto não se fixaram em sequência. Todavia, ao estudarmos o documento elaborado pelos 26 intelectuais, segundo Xavier (2002), constatamos em seus discursos a defesa por uma escola pública e gratuita espelhadas na conjuntura das mudanças sociais, econômicas e políticas como uma aptidão as imposições mundiais.

### **O Papel desempenhado pela Igreja Católica na Educação**

Diferentemente do que se supõe, o Brasil sempre foi uma área disputada pela Igreja Católica, por causa da relação peculiar que sempre existiu entre a Igreja e o Estado desde a chegada dos jesuítas. Quase toda a população brasileira declarava-se católica e isso aumentou o poder da Igreja, permitindo-a que gozasse de única capaz de conduzir o país através de seus princípios morais. A Igreja conservava exclusividade nas ações cívicas da sociedade brasileira e ainda no Império já influenciava na educação.

A Igreja assumiu o papel de dominar a educação desde o período medieval quando passou a apoiar o Império Romano. No Brasil Colônia confiava seu poder e a função de educar e dissipar os seus princípios aos Jesuítas. O seu predomínio exercia grande poder sobre a política e a cultura da sociedade, porém quem tinha acesso à educação nesse período, eram as pessoas com prestígios e ascensão social. E essa educação, oferta pelos Jesuítas, definia os princípios cívicos e morais e se restringia a uma pequena parcela da elite.

A proposta de desmembramento do Estado e Igreja Católica na Constituição Republicana de 1891, trouxe a supressão de alguns privilégios que a Igreja Católica mantinha. Dentre os vários elementos destaca-se a laicização do ensino nas escolas públicas. A remoção do ensino religioso do currículo escolar acarretou na perda de espaço na educação, principalmente entre as classes mais populares mas também sobre a elite. Horta (2012) nos explica como foi essa separação:

[...] O Estado republicano rompe com o regime do Padroado e proclama-se leigo. A separação entre a Igreja e o Estado é oficializada por decreto em janeiro de 1890 e confirmada pela Constituição republicana de 1891. Entre os dispositivos incluídos nessa Constituição, para garantir a pela separação entre a Igreja e o Estado, estava a introdução do ensino leigo nas escolas públicas (BRASIL 1891, p. 777 apud Horta, 2012 p. 81).

Dessa forma, o debate educacional manifestava-se, como propósito crescente. Logo, o país necessitava compreender a importância da educação na vida nacional. As atenções surgem não apenas para escola como também para a estruturação do sistema educacional, passando-se então a elaborar diretorias, secretarias, criação do Ministério da Educação e Saúde – MES, Associação Brasileira de Educação – ABE, discussões sobre a formação do professor, e reformulações das modalidades de ensino.

Em vista disto, o plano liberal promovido pelo regime da época caminhava para a implantação de uma "nação brasileira" e que a única entidade capaz disso era a escola pública. Nessa conjuntura, a escola passa a ser o cenário fundamental para as transformações sociais. O atual regime, exigia desse projeto uma nação moderna e uma escola pública universal, democrática e laica.

Entretanto, a Igreja Católica via isso como uma ameaça que prejudicava sua hegemonia nas áreas religiosa e espiritual. E para que isso não ocorresse totalmente passa a buscar formas de entendimento com o novo regime aproveitando os espaços deixados pela Constituição para ingerir-se no espaço educacional. Dentre essas lacunas, a Constituição de 1891 deixou a atribuição da União o direito de promover o ensino secundário e superior nos estados e o Estado ficara com a responsabilidade da educação primária, o que favoreceu a Igreja Católica que buscou parcerias com os governos estaduais.

Correspondente a essas ações a Igreja Católica passa a ter um discurso fundamentado na moral e nos bons costumes, declarando-se a única que pudesse ser responsável pela ordem moral da sociedade, buscando assim, afetar a sociedade brasileira, que em sua maioria era católica. Vejamos o discurso de Dom Leme descrito por Horta (2012):

Partindo da constatação que o Brasil é um país de maioria católica, dom Leme se questiona sobre a pouca influência dos princípios católicos na vida social e política do país: "Que 'maioria católica' é essa, tão insensível, quando leis, governos, literaturas, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo? [...] Somos, pois, uma maioria ineficiente" (HORTA, 2012, p. 82).

Do mesmo modo, a Igreja busca aliar-se com as autoridades políticas locais, que compreendiam o poder que a Igreja tinha para com a sociedade, espalhando assim o mesmo discurso de educação conservadora. No entanto, o objetivo das autoridades políticas era controlar a ameaça do projeto nacionalista.

Para reaver o campo educacional junto ao Estado republicano, a Igreja seguia dominando internamente as discussões sobre o objetivo de defender a tradição católica. Somente apoiado no processo de envio de um grande número de eclesiásticos estrangeiros para o Brasil que buscavam engajamento nas políticas é que a Igreja passou a ter êxitos no enfrentamento contra as lideranças liberais da época.

No entanto, a questão educacional desencadeou a constituição de grupos liberais opostos no que se refere a preservação das ideologias elencadas ao ensino. Os representantes intelectuais tanto católicos como liberais permaneceram envolvidos em uma batalha até a década de 60.

Entre os divulgadores da educação, a despeito que idealizavam os objetivos para esclarecer os problemas relacionados a educação, dividiam-se em duas classes, aqueles que seriam conhecidos mais tarde como os Pioneiros da Educação Nova e os discordantes a esse processo, conhecidos como intelectuais católicos leigos e os militantes que assim como a maioria dos intelectuais da época estavam descontentes como o péssimo desenvolvimento intelectual e moral das pessoas. A proposição exposta pelos pioneiros era que para sanar os problemas da educação era essencial um projeto de modernização pedagógica.

### **A Igreja e os conflitos e distinções do Movimento dos Pioneiros**

A origem de qualquer mobilização histórica são efetivamente as oposições e os conflitos que ocorrem no processo. Não obstante, o Manifesto dos Pioneiros tem uma notabilidade quanto a petição da viabilização de transformações na educação. Os intelectuais católicos acreditavam que a resolução dos problemas brasileiros era a regeneração do homem através da educação, mas para isso se concretizar não poderiam deixar que a religiosidade fosse adormecida. Muitos discursos, muitas vezes, de forma agressiva atingiam os intelectuais da época, como podemos observar no

trecho a seguir, retirado por Xavier (2002), do jornal da época:

[...] Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima) acusava o Manifesto de *seranticristão* por negar a supremacia da finalidade espiritual; *antinacional*, pois desprezava a tradição religiosa do povo brasileiro; *anti liberal* porque baseado no que Athayde chamou de *absolutismo pedagógico do Estado* e na negação da liberdade de ensino. Acrescentava ainda que o manifesto era *anti-humano* pois desconhecia a natureza superior do homem, subordinando-o a uma finalidade apenas material e biológica. Por fim, o Manifesto era sim, *anticatólico*, pois pretendia impedir a Igreja a exercer intervenção pública na educação dos crentes (O Jornal, 23/03/1932) (XAVIER, 2002 p. 13).

Em meados da década 1930, quando publica-se o texto do Manifesto, amplia-se os conflitos entre católicos e renovadores. A Igreja começa a perder o controle da educação escolar. Logo, passa a pregar duros ataques contra as lideranças do grupo, como afirma Xavier (2002):

A repercussão negativa talvez tenha sido a mais intensa. Intelectuais ligados à hierarquia católica desferiam violentos ataques que iam desde a condenação das ideias defendidas no documento até o ataque pessoal aos líderes do grupo, especialmente a Fernando de Azevedo e a Anísio Teixeira. Tais críticas encontram-se reunidas na revista católica A Ordem, do Centro Dom Vital (XAVIER, 2002, p. 12).

Nesse período, Francisco Campos, atuando como Ministro da Educação e Saúde, efetiva por meio de decretos, um movimento que atingiria toda a organização do ensino em nível nacional. Cria-se então, o ensino secundário, comercial e superior atendendo a algumas exigências do movimento renovador. Esse grupo também reivindicava pela ausência de organização no ensino secundário, pois na maioria do território nacional o ensino secundário não passava de cursos preparatórios de caráter propedêutico.

Francisco Campos entendia a importância de se manter um entendimento com a Igreja, pois era consciente que a mesma o ajudaria a executar o seu projeto político e ampliá-lo. Por isso foi um grande articulador para que não extinguisse uma aliança entre o governo e a Igreja.

Haveria então algumas afinidades e contradições entre Francisco Campos e Alceu Amoroso Lima. Dentre elas, concordavam com "a necessidade de um Estado centralizador, tutelar e intervencionista na sociedade brasileira" Moraes (1992), no entanto o pensador católico afirmava que o Estado "teria como limites para sua ação a Igreja e a família" Moraes (1992), já Campos não abriria mão de um Estado laico.

Uma das reivindicações mais importantes elencadas pelos Pioneiros era a formação docente, pois afirmavam que os professores necessitavam de melhores salários e uma formação superior qualificada. Essa reforma foi contemplada pelo Decreto 19.852, porém não se via nesse projeto o desejo pela investigação científica. Após Francisco Campos criar o Conselho Nacional de Educação, pelo Decreto 19.850, apresentava nesse documento, a exigência de profissionais mais qualificados para atuarem no ensino secundário. No entanto, a universidade não teria uma autonomia integral, organizado a universidade em conselhos como afirma Moraes (1992):

Não obstante Francisco Campos afirmar o caráter flexível do projeto de universidade proposto, graças à amplitude e à liberdade de seus planos administrativos e didáticos, ele chamava a atenção para as "inconveniências" de uma autonomia integral. A seu ver, nesse período inicial da organização universitária, essa autonomia poderia trazer o "risco de graves danos para o ensino" (CAMPOS, 1940<sup>a</sup>, p. 63 Apud MORAES, 2012 p. 299).

Os pioneiros além de defenderem uma escola laica, obrigatória e gratuita, também defendiam a co-educação e a unidade escolar. Não se admitia mais uma escola onde houvesse distinção de sexo, pois a escola para todos atenderia os interesses econômicos da época. Essa reivindicação favoreceu a profissionalização das mulheres.

Todavia, a Constituição de 1934, embora tenha cedido a algumas reivindicações dos renovadores, acabou cedendo aos intelectuais católicos ao definir o ensino religioso como facultativo. Com a inserção do ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja recupera em partes seu poderio. No entanto, a chegada de Gustavo Capanema, em 1934, no Ministério da Educação e Saúde é uma grande vitória para os conservadores da época.

A colaboração que Alceu Amoroso Lima trouxe ao governo de Vargas não foi plena. A Igreja sempre oferecia aquilo que ela poderia pedir em troca do Estado e isso apareceu evidentemente na carta escrita por Amoroso Lima a Capanema em junho de 1935 como afirma Horta (2012):

O que desejamos, portanto, do governo é apenas:

1. Ordem pública, para permitir a livre e franca expansão de nossa atividade religiosa na sociedade;
2. Paz social, de modo a estimular nosso trabalho de aproximação das classes, que é, como você sabe, o grande método de ação social recomendado invariavelmente pela Igreja;
3. Liberdade de ação para o bem, mas não para o mal, para a imoralidade, para a preparação revolucionária, para a injúria pessoal;
4. Unidade de direção de modo que a autoridade se manifeste uniforme em sua atuação e firme em seus propósitos (HORTA, 2012, p. 103).

Como se pode observar, Amoroso Lima acreditava que a educação do país deveria ser organizada segundo os princípios que fundamentavam a Igreja Católica. Além disso, esperava do governo de Vargas "uma atitude mais enérgica de repressão ao comunismo" Schwartzman (2005). O pensamento conservador continuará predominante mesmo com a instauração do Estado Novo.

Ao substituir Campos, Capanema deu seguimento as reformas educacionais elaboradas pelo seu antecessor. No Estado Novo, já em 1942, fundamentado nas Leis Orgânicas do Ensino, o atual ministro instituiu uma reforma que abrangeria os ensinos industriais, cria-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em 1942 pela exigência do mercado da indústria por mão-de-obra qualificada. Nisso delibera-se dois decretos, conforme Schwartzman (2005):

O Decreto nº 6.029 de julho de 1940 não seria modificado; ele daria lugar, no entanto, já em 1942, a dois decretos quase simultâneos, um que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, conforme as aspirações da indústria e do Ministério do Trabalho; e outro que definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, oriundo de ideias e propósitos da área da Educação. A partir daí, os dois teriam que conviver. Na fórmula encontrada pelo ministro, o SENAI se encarregaria da "formação profissional dos aprendizes", e seria tão somente uma peça, delegada à Federação Nacional das Indústrias, do amplo painel de ensino profissional estabelecido pela lei orgânica. Todavia, não deixa de ser sintomático que o projeto do SENAI, que

só merece oito linhas na longa exposição de motivos de 5 de janeiro de 1942 com a qual Capanema encaminha a Lei Orgânica, termine sendo assinando em primeiro lugar (SCHWARTZMAN, 2005, p. 254).

Percebemos assim que a Lei Orgânica nada mais era que uma declaração de propósitos que deveriam se ajustar a estrutura do ensino industrial. Buscava atender aos interesses dos empresários em formar mão-de-obra qualificada, preparando o trabalhador para construir uma economia eficiente.

### **Considerações Finais**

O Manifesto dos Pioneiros demonstra uma relevante mudança para uma renovação nacional, focada para o projeto educacional brasileiro. Simboliza um ápice persuasivo da luta pela inserção da escola pública gratuita, laica e obrigatória e também abraça o autêntico reconhecimento da educação como obstáculo para a evolução do país, ou seja, para a modernidade do país.

A educação, atuando como método dinâmico de aperfeiçoamento do ser humano, não evoluiu muito, como podemos perceber nas leituras dos textos discutidos nesse trabalho, ou seja, a escola continua em conflito e frustrando no seu compromisso de consertar as discordâncias e desigualdades sociais que permeiam o país.

As recomendações do Manifesto de 1932 caminharam para o futuro, porém inúmeras de suas propostas até o momento não foram efetivadas. É claro que houve algumas mudanças, de forma separada e não como o Manifesto propôs. Muitas das filosofias adotadas pelos Pioneiros da Educação Nova continuam válidas, seja como indicação dos objetivos a serem obtidos ou como diretrizes para a prática da pesquisa educacional.

A educação, não obstante, não deve ser considerada como privilégio, mas como direito social ao ensino de qualidade. Somente com os direitos de cada indivíduo reconhecidos é que haverá democracia e sem democracia não há como garantir a todos o direito a educação de qualidade.

A análise do papel da Igreja na Educação, aponta, em primeiro lugar, para a hegemonia e as interferências adotadas no sistema educacional brasileiro, especialmente, no período da Era Vargas. Instituição provida de caráter tradicional e conservador e ao mesmo tempo influente dentro da sociedade brasileira, em sua maioria católica. Buscava exercer o poder de forma a influir na política, com base em seu discurso religioso e social.

Em segundo lugar, a Igreja tem um papel fundamental no processo ideológico e histórico para a construção daquela que mais tarde viria a ser a nação brasileira. De outro modo, assenta-se pelas várias batalhas travadas entre Estado e Igreja no qual ambos tinham objetivos diferentes.

Por fim, constitui-se a união do Estado e da Igreja para o combate do "inimigo" comum a ambos. Todavia, esse artigo procurou ressaltar alguns pontos do elo existente entre dois poderes tão diferentes. Com a retirada de Vargas do governo em 1945 e a saída do Estado Novo, a Igreja perde seu poder significativamente ao governo, mesmo utilizando do discurso promovido anos anteriores e a imprensa não terá mais ênfase e apoio do Estado.

### **REFERÊNCIAS**

HORTA, J. S. B. **O Hino, o Sermão e a Ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MORAES, M. C. M. de. **Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos**. R. bras. Est. Pedag., Brasília, v. 73, n. 17-4, p. 291-321, maio/ago. 1992. Disponível em <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/viewFile/1257/1231>. Acessado em 13 de janeiro de 2017.

SCHWARTZMAN, S. **Os Desafios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005.

XAVIER, L. N. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como divisor de águas na História da Educação Brasileira** Disponível em [http://www.convenio1931.ence.ibge.gov.br/web/ence/Libania\\_Manifesto.pdf](http://www.convenio1931.ence.ibge.gov.br/web/ence/Libania_Manifesto.pdf). Acessado em 13 de janeiro de 2017.